



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LUCAS VIEIRA

**O PAPEL DO BRASIL NA NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA
SULAMERICANA**

Florianópolis
2015

LUCAS VIEIRA

**O PAPEL DO BRASIL NA NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA
SULAMERICANA**

Trabalho de conclusão de curso, desenvolvido durante e apresentado na disciplina de TCC I e II do Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Rosa Maria Madruga Pinheiro, DR

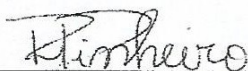
Florianópolis
2015

LUCAS VIEIRA

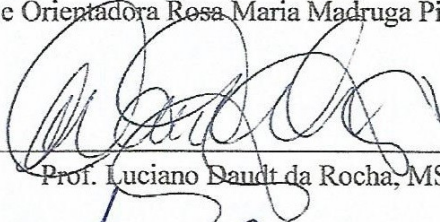
**O PAPEL DO BRASIL NA NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA
SULAMERICANA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

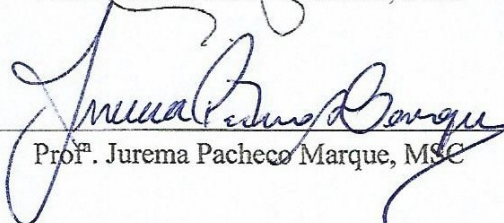
Florianópolis, 24 de junho de 2014.



Prof.^a e Orientadora Rosa Maria Madruga Pinheiro, DR.



Prof. Luciano Daudt da Rocha, MSC



Prof.^a Jurema Pacheco Marque, MSC

Aos Amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante. Aos meus pais João Custódio Vieira Filho e Marilene Pereira, os quais sempre me apoiaram, incentivaram e me ensinaram a pensar o mundo. Reconheço e serei eternamente grato a todos os seus esforços que me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Aos professores: Luciano Daudt da Rocha e Márcio Voigt pelas aulas inspiradoras, pelo compromisso e dedicação para com os alunos, trazendo uma abordagem cuidadosa e ao mesmo tempo profunda no modelo de ensino. Levando informações e sanando questionamentos, mas também ensinando a aguçar a percepção e o entendimento dos assuntos de maneira abrangente e ponderada.

Aos professores Luciano Daudt da Rocha, Letícia Barbosa e Rosa Maria Madruga Pinheiro, pelo acompanhamento, orientação, encorajamento, tempo dedicado e paciência, sem vocês, este trabalho não seria possível.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre as mudanças econômicas internacionais e os movimentos para contornar a queda atual apresentada pelo capitalismo, e como o Brasil se estrutura/coloca frente a estas mudanças perante ao continente sul americano. A regionalização é uma das saídas encontradas para criar um poder de barganha no mercado global. Essa nova arquitetura econômica internacional acaba por mudar também a arquitetura regional, uma vez que com o mundo em crise as alternativas para crescimento residem no comércio com a região. O intercâmbio de informações e experiências entre os países sulamericanos aumentou consideravelmente nos últimos tempos devido às mudanças geradas pelo declínio do sistema financeiro atual. As alternativas encontradas regionalmente na América do Sul são discorridas e comentadas com ênfase nas propostas já verificadas.

PALAVRAS CHAVE: Arquitetura financeira; America do Sul; Brasil; Regionalização

ABSTRACT

The present work deals with international economic changes and movements to bypass the current downturn presented by capitalism. Regionalization is one of the solutions found to create a bargaining power in the global market. This new international economic architecture turns out to also change the regional architecture, since with the world in crisis alternatives for growth lie in the trade with the region. The exchange of information and experiences among the South American countries has increased considerably in recent times due to these changes generated by the decline of the current financial system. The alternatives found regionally in South America are elaborated upon and discussed with emphasis on proposals already checked.

KEYWORDS: Financial Architecture; South America; Brazil; Regionalization

LISTA ABREVIATURAS

ALADI – Associação Latinoamericana para a Integração
ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas
BANDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BCIE – *Banco Centroamérica de Integración Económica*
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS – *Bank of International Settlements*
BLADEX – *Banco Latinoamericano de Exportaciones*
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF – Corporação Andina de Fomento
CAN – Comunidade Andina de Nações
CCR – Convenção Sobre Pagamentos de Créditos Recíprocos
CDB – *Caribbean Development Bank*
EUA – Estados Unidos da América
FAR – Fundo Andino de Reservas
FLAR – Fundo Latinoamericano de Reservas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FonPlata – Fundo da Bacia do Prata
IFR – Instituições Financeiras Regionais
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFR – Nova Arquitetura Financeira Regional
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OXFAM – Comitê de Oxford de Combate à Fome
SUCRE – *Sistema Único de Compensación Regional*
UE – União Européia
UNASUL – União das Nações do Sul
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA.....	3
1.2 OBJETIVOS.....	4
1.2.1 OBEJTIVO GERAL.....	4
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
1.3 JUSTIFICATIVA.....	5
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	6
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA	7
2 ARQUITETURA FINANCEIRA.....	8
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL.....	8
2.2 OS ENIGMAS DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO – David Harvey.....	8
2.3 ARQUITETURA FINANCEIRA GLOBAL.....	11
2.4 GLOBALIZAÇÃO.....	12
2.4.1 FMI.....	14
2.4.2 BANCO MUNDIAL.....	15
2.5 ARQUITETURA FINANCEIRA REGIONAL (SUL AMERICANO).....	17
2.5.1 POTÊNCIAS REGIONAIS.....	19
2.5.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	20
2.5.3 LIDERANÇA REGIONAL.....	21
2.5.4 FLAR.....	22
2.5.5 UNASUL.....	23
3 A NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	28
3.1 BANCO DO SUL.....	32
3.2 SUCRE.....	33
3.3 FUNDO DO SUL.....	35
4 BRASIL E O NOVO CENÁRIO SULAMERICANO.....	36
4.1 BNDES.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42

1 INTRODUÇÃO

É de longa data, desde a afirmação da predominância de um modelo econômico capitalista, que determinados Estados (norte americanos e europeus que são, não por acaso, criadores e defensores deste modelo) detém o poder de decisão e ação superior ao das demais nações. Assim, tem-se grande parte das instituições que alicerçam e corroboram com este sistema, sendo criados e regidos por estes países que se beneficiam direcionando a economia como os ventos que impulsionam a sua economia.

É justamente com a ideia de contrapor este *establishment* que se buscam novas alternativas para a economia de mercado atualmente imposta pelo sistema internacional, criada com intentos unilaterais. Para tal, faz-se necessário uma reestruturação do modelo adotado atualmente o qual indexa as moedas nacionais e por consequência toda e qualquer transação comercial ao dólar. Fazendo com que grande parte do capital seja obrigatoriamente deduzido do valor de compra e ônus de venda desta moeda.

Sendo assim, este trabalho objetiva apresentar a nova forma com a qual o Brasil vem tratando estas novas alternativas de integração comercial e de independência econômica dos Estados Sul-americanos, bem como a criação de novos acordos e mecanismos através das quais possa vir a garantir um melhor posicionamento no sistema econômico mundial, galgar seus objetivos, assim também como promover o bem estar social, focando na sua atuação à frente destes projetos que beneficiem os até então esquecidos da massa na base da pirâmide econômica. Busca-se apresentar o posicionamento brasileiro em relação a este novo cenário atual, ainda em transformação, e suas ações em prol desta nova perspectiva. Pretende-se ainda abordar questões como: economia internacional, teoria dos sistemas mundo, socialismo do século XXI, reestruturação do atual formato da economia mundial levando em conta direcionamento e a presença de novos atores, nova arquitetura financeira regional. Por conseguinte, através da exploração destes assuntos, visa-se embasar as ideias e afirmativas pautadas ao longo do trabalho de conclusão de curso.

Na sequência dos itens deste trabalho, estarão presentes as informações que compõem os objetivos gerais e específicos a serem alcançados ao fim deste trabalho, a exposição do tema e do problema de pesquisa, bem como a justificativa da importância deste trabalho para a área acadêmica e os motivos que levaram o autor deste estudo a desenvolver seu trabalho conclusivo abordando o assunto e área apresentados, seguidos pelos

procedimentos metodológicos a serem seguidos para a execução deste projeto e referencial teórico.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Com o Brasil assumindo uma importância regional e mundial cada vez maior, torna-se essencial compreender a nova configuração mundial e o papel que o país desempenha neste novo cenário. Devido às suas dimensões demográficas, territoriais e econômicas, as quais são muito avantajadas e assimétricas com relação aos demais vizinhos, o Brasil possui o maior porte, tanto físico quanto financeiro da região, entre outros quesitos que o colocam como forte candidato à liderança do bloco sul americano. Como postula Etzioni (1968), para que uma integração tenha êxito é necessário ter um centro de poder maior que exerce influência sobre os demais membros.

Embora as diversas características positivas e para alguns até conclusivas previamente observadas, neste trabalho de conclusão de curso será analisada a forma de atuação brasileira, suas propostas e políticas frente esta nova conjuntura e as proposições para este cenário econômico em transição. Desta maneira, pode-se avaliar o desempenho e capacidade de liderança frente as instituições analisadas, as quais acabam surgindo em um momento em que as maiores economias do planeta encontram-se de certa forma enfraquecidas perante as demais nações de economia emergente, permitindo o desenvolvimento de focos de poder econômico, político e de autonomia, indiretamente opostos aos pré-estabelecidos pelas nações ditas de primeiro mundo, no conceito das Organizações Regionais.

Pedro Paéz Pérez, ministro de coordenação política econômica do Equador na administração de Rafael Correa. Nomeado a chairman em 2008, na recémformada Comissão Equatoriana para o Banco do Sul também como comissão sobre a Nova Arquitetura Financeira Mundial - BDS-NAFR. É o autor da alternativa econômica selecionada como objeto de pesquisa deste trabalho.

O cenário econômico/crítica proposto(a) por Paez consiste em três pilares:

- (a) Grande quantia de capitais nacionais sendo investidos no exterior a juros baixíssimos;

(b) Procura crescente por investimentos externos que endividam tanto o setor público quanto o privado;

(c) Como solução para as duas primeiras, propõe a implantação de um sistema de um sistema de compensação regional entre nações.

Apresenta-se aí a problemática a ser discutida, delineando e definindo a função de liderança de nações como o Brasil frente aos demais países sul americanos. O que remete a pergunta de pesquisa:

Qual é o papel do Brasil na nova arquitetura financeira sul americana?

1.2. OBJETIVOS

A seguir apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos que permeiam o desenvolvimento desta pesquisa.

1.2.1. Objetivo geral

Analisar o desempenho brasileiro no cenário econômico regional e a proposição de posicionamento econômico frente ao plano mundial, levando em conta a nova orientação política dos países sul-americanos.

1.2.2. Objetivos específicos

Buscando alcançar objetivo geral, apresentam-se os objetivos específicos:

- Pesquisar a arquitetura financeira sul-americana;
- Descrever a Arquitetura financeira alternativa sul-americana;
- Avaliar a atuação recente do Brasil nas articulações com os demais países sul americanos.

1.3. JUSTIFICATIVA

É crucial que todo internacionalista, além de possuir o devido embasamento teórico que venha a sustentar suas afirmações e posicionamentos, que faça a mais precisa leitura dos variados cenários que se tornam dia após dia mais complexos. Uma vez que o Brasil assume importância regional e mundial cada vez maior, é essencial compreender a nova configuração econômica mundial e o papel que o país desempenha nesse novo cenário.

A busca de novas arquiteturas econômicas para a América Latina vem ao encontro da independência econômica do bloco em momentos de declínio de tradicionais hegemonias financeiras, buscando também menor suscetibilidade à economias externas menos fraternais. Para tal, o entendimento de grandes temas, como política internacional, o embate de teorias e posicionamentos políticos, a ascensão da América Latina de forma afastada do tradicional eixo vertical (Estados Unidos da América - EUA), é essencial e torna-se o caminho a ser percorrido em busca de uma região que rumo a passos largos para a sua integração e a um desenvolvimento sustentável.

Uma vez que o presente trabalho de conclusão de curso busca entender o posicionamento brasileiro frente à tais aspectos, torna-se este, material acadêmico e instrumental para os atuantes nesta área específica. Considerando um mundo que tende mais e mais à multipolaridade, conseqüentemente rumando ao complexização do sistema internacional, o fácil acesso a instrumentos concisos e elucidativos que versam sobre este cenário torna-se uma ferramenta prática no auxílio da elaboração de pesquisas e trabalhos acadêmicos além de instrumentar futuros internacionalistas no exercício de suas atividades.

O tema discorrido neste trabalho é de grande valia para o entendimento da situação sulamericana e da possibilidade de integração real entre os países. Em primeiro plano, pensei neste tema já que a economia regional está bastante em voga na sociedade atual e da aproximação iniciada pelo Brasil em direção dos outros países da América do Sul. Entender como fica essa nova arquitetura da região dá verdadeira dimensão das necessidades políticas a serem atingidas a partir dela.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante dos objetivos e finalidades desta pesquisa, optou-se por realizar através de uma pesquisa de natureza essencialmente exploratória, básica, de abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental de análise de artigos e livros, para Costa (2001, p. 39):

A pesquisa qualitativa é globalizante, holística. Procura captar a situação ou o fenômeno em toda a sua extensão. Em lugar de identificar a priori algumas variáveis de interesse, trata de levantar todas as possíveis variáveis existentes, numa tentativa de enxergar, na sua interação, o verdadeiro significado da questão sob exame.

Nesse sentido, Costa (2001) afirma ainda que, na pesquisa qualitativa, não tem grande importância a maneira como se coleta uma amostra ou se determina o seu tamanho. Se fosse possível, ou mesmo necessário dimensionar o tamanho da amostra, a pesquisa deixaria de ser qualitativa, passando assim para quantitativa.

Em relação à parte exploratória deste trabalho, Costa (2001) afirma que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Além disso, Costa (2001) relata que:

As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A utilização da pesquisa bibliográfica vem a ser necessária uma vez que é a forma de mais fácil acesso e com a maior quantidade de informações disponíveis, possibilitando a execução da pesquisa, a busca de dados, fatos e conhecimentos acadêmicos em livros e artigos acadêmicos que discorrem sobre o assunto ela constitui o ato de ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta (ARANTES, 1971). Para LIMA, (1997) A pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de um tema.

As informações e excertos presentes neste trabalho, que também serão utilizadas para embasar as proposições e objetivos deste estudo, serão provenientes de documentos como relatórios e atas de reuniões e cúpulas nacionais que permeiam a temática do objetivo desta

pesquisa, assim também como notícias presentes nos diversos formatos de mídias visual-fonográficas atuais (ex: jornais, revistas, internet, televisão) e discursos provenientes de organizações e indivíduos idôneos, a exemplo do pronunciamento do atual chairman do BDS-NAFR, Pedro Francisco Paez Perez, sobre a nova arquitetura financeira regional, no Comitê sobre o Planejamento do Desenvolvimento da Assembléia Constituinte Nacional do Equador em 29 de fevereiro de 2008.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente trabalho será apresentado em três capítulos, alguns subcapítulos e subitens destes.

No capítulo inicial, remonta-se a arquitetura econômica global como um todo, no sentido de situar os acontecimentos econômicos atuais que geraram a pergunta desta pesquisa. Feito isso, serão abertos alguns subcapítulos de delimitação de instituições que dão suporte para a despolarização do mundo, tornando-o mais regional. Delineando sua importância para a economia global. Em um segundo momento são dadas as definições para o entendimento das regionalidades surgidas nos últimos anos. Essa explicação culmina em uma atualização do sentido desta nova arquitetura regional surgida. Em um último instante podemos analisar os resultados dessa aproximação e qual a finalidade de cada uma dessas novas instituições para esta arquitetura.

2. ARQUITETURA FINANCEIRA

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL

Em 1944, com o mundo prestes a ver o final da Segunda Guerra Mundial, realizou-se a Conferência de Bretton Woods, que definiria uma moeda universal para o comércio. O conhecido economista John Maynard Keynes sugeriu e enfatizou ser importante que esta moeda global fosse desvinculada de qualquer nação, porém com a negativa dos Estados Unidos da América (EUA), que afirmavam a segurança de dólar atrelado ao ouro, o mundo se viu obrigado a aceitar. Os países ajustaram então suas moedas com base no dólar para facilitar o comércio internacional. Sendo assim, os Estados Unidos foi mantendo seu poder hegemônico no mundo não-comunista, liderando para que o mercado mundial continuasse aberto para absorver o excedente de capital existente. Fizeram e seguiram sua própria agenda para fins próprios, em uma mistura de poder coercitivo e consentimento dos outros países com a situação (HARVEY, 2011).

O ideal keynesiano, de uma moeda global com base no valor das cinco principais moedas administrada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi retomado ao final dos anos 60. Os Estados Unidos então viram ameaçada a sua hegemonia e a solução encontrada foi abandonar a taxa de câmbio fixa em relação ao ouro, fazendo com que todas as moedas do mundo flutuassem baseadas no dólar, introduzindo flexibilidade e volatilidade no comércio internacional. Dessa forma, com hegemonia mantida, o país pode manter sua agenda para manutenção de sua soberania frente os outros países (HARVEY, 2011).

2.2 OS ENIGMAS DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO – David Harvey

Harvey (2011), importante geógrafo marxista e crítico do atual sistema econômico internacional, versa em seu livro, “Os enigmas do Capital e as crises do capitalismo” sobre um breve apanhado histórico que explica os motivos pelos quais os Estados Unidos e o mundo passaram na crise de 2008. Deixando claro, que esta crise não é isolada e vem se desenhando há algum tempo, a diferença é que agora atacou o grande centro do capitalismo, até então intacto, derrubando todas as economias menores.

Nos anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, que saíra

como grande vencedor, gozou de bons índices na sua economia. Fato que levou uma certa pressão às instituições financeiras para que linhas de crédito fossem aprovadas para todos e não apenas aos com renda fixa. Em outras palavras, nos anos 80, o país se viu inundado de crédito apenas procurando pessoas interessadas. Muitas pessoas, mesmo sem renda constante, começaram a pegar empréstimo para pagar suas dívidas e hipotecas. As instituições financeiras estavam no controle da oferta e demanda na área de habitação (HARVEY, 2011).

O consumo estadunidense obviamente cresceu substancialmente nesta época, ainda mais com o advento dos cartões de crédito. As compras e dívidas que antigamente eram pagas diretamente com dinheiro, agora estavam sendo pagas com o cartão e o capital fictício. Este capital imaginário então começou a regular o mercado e, apesar do risco, as instituições financeiras se declaravam capazes e seguras para que não houvesse problemas e, caso houvesse, os riscos fossem partilhados, dando a ilusão de que tivesse desaparecido (HARVEY, 2011).

Surgiu uma nova proposta para a demanda de todo esse crédito disponível internamente: exportá-lo e cultivar novos mercados ao redor do globo. As grandes instituições financeiras, enriquecidas de petrodólares dos países do Golfo, começaram a emprestar dinheiro para os países que estavam em desenvolvimento, já que as oportunidades de investimento no próprio país estavam escassas. Esta saída encontrada era vista como mais segura, pois os países não podem desaparecer, como disse Walter Wriston, chefe do Citibank. Porém, a crise da dívida dos países periféricos nos anos 80 já deu um baque nas instituições. A solução encontrada foi uma renovação no Fundo Monetário Internacional e com as novas políticas, proliferaram os preceitos neoliberais para os Estados endividados. Os programas que tinham como objetivo principal garantir que os países pagassem suas dívidas tiveram resultados positivos por um bom tempo (HARVEY, 2011).

Com a situação financeira dos Estados Unidos indo de vento em popa, os ricos foram ficando cada vez mais ricos e decidiram investir. Porém, em vez de investir na produção, colocaram seu capital no mercado de ações. O mercado de ações futuras teve um crescimento meteórico entre 2005, quando circulou cerca de U\$ 250 trilhões (a produção mundial neste ano foi de U\$ 45 trilhões), e 2008, quando o capital chegou a ser de U\$ 600 trilhões. Deixando claro que os rumores que datavam de 1980, de que as corporações não financeiras norte-americanas geravam mais dinheiro com especulações do que fazendo coisas, estava correta. Com esse mercado futuro inflacionado, era quase impossível adquirir um imóvel nos EUA apenas os mais ricos conseguiam. Contudo, os trabalhadores que tinham seus salários

estagnados, viram no crédito fácil à possibilidade de se igualarem e também serem proprietárias de um imóvel (HARVEY, 2011).

Resumindo, Harvey (2011) explicita enfaticamente que o capitalismo não consegue superar a crise, pois acaba caindo em suas próprias contradições repetidamente. Que, na verdade, crises não foram superadas e sim contornadas. Elas são empurradas de um setor para outro, em vez de resolvidas. Afirma que desde muito tempo há problemas de moradia nos Estados Unidos, mas eles acabam sendo transferidas para outro setor e depois voltam à tona. Acontece o mesmo problema com a questão de poluição ambiental e a solução encontrada foi, na verdade, um contorno também. Pois muito da produção nacional de lixo foi enviada para o mar ou foi parar em outros continentes.

Com o incentivo do presidente Bill Clinton, grande parte da população viu então a oportunidade de adquirir um imóvel afim dos benefícios advindos de tal. Logo, uma onda de hipotecas adentrou os EUA com o lucro como principal e primordial intenção. Vale enfatizar que quem define a demanda por moradia é o próprio mercado financeiro estadunidense. Desta forma, quando aumenta a demanda mais pessoas se interessam por ter sua própria residência, fazendo com que uma parte da população que não possuía dinheiro pra arcar com a hipoteca acabasse se interessando e adquirindo seu imóvel. Com os preços aumentando cada vez mais, a bola de neve das hipotecas chegou ao seu máximo e explodiu na crise de 2008. (FERGUSON, 2010)

No exato instante em que essas hipotecas deixaram de ser pagas – até mesmo as refinanciadas –, o valor das propriedades que era altíssimo despencou e passou a não valer nada. Uma boa quantidade de instituições que possuíam esses ativos não conseguiu se desfazer a tempo e acabou indo à falência. A crise, que era na moradia, modificou e passou a ser uma crise financeira de acumulação capitalista. Então, correram para a única forma de salvá-los: o governo norte-americano. Sendo assim, bilhões de dólares foram retirados de outros setores e realocados no sistema financeiro. Ou seja, o governo se tornou herói nesse episódio, mas contraiu uma dívida soberana. E a forma de resolver essa dívida adquirida é, novamente, realocando-a. A austeridade, muito comum do sistema neoliberal, foi adotada e quem pagou a dívida foi a população.

A forma encontrada pela China, por exemplo, pra passar por essa crise foi investimento interno. Os bancos foram obrigados a parar de emprestar dinheiro e usar esse capital para obras de infraestrutura. Enquanto nos Estados Unidos foram injetados bilhões que a população nem viu, apenas os banqueiros. Resultado da ação chinesa: recuperação rápida e

um avanço comercial que auxiliou muitos dos países com quem tinham relações, como o Brasil. Em suma, a importância da urbanização e reurbanização para o capitalismo é muito grande.

Há um grande debate em torno da urbanização como peça-chave do capitalismo, pois cidades são transformadas e reconstruídas o tempo todo para atender as demandas do sistema e não do bem-estar das pessoas. Estas cidades que deveriam ser palco de manifestações, como no passado, agora abrigam operários dispersos e desorganizados. A solução é reorganizá-los para que possam entender e confrontar a hegemonia vigente.

Harvey (2011) , por fim, sugere o modelo ideal para que as cidades retomem seu poder que nada mais são do que projetos de urbanização alternativos. Citou como ótimo exemplo contemporâneo a cidade de *El Alto* e *Cochabamba*, localizadas na Bolívia. Cidades formadas basicamente por indígenas que conseguiram articular a horizontalidade e verticalidade das tomadas de decisões importantes. Conseguindo conquistar uma série de benefícios e, até mesmo, derrubar dois presidentes. Os indígenas conseguiram se fundir com a realidade urbana e transformaram essas cidades em um espelho para o resto do mundo em relação à participação.

2.3 ARQUITETURA FINANCEIRA GLOBAL

A crise econômica e financeira mundial acabou por gerar um debate mundial sobre a estrutura e o funcionamento do sistema monetário internacional. O economista equatoriano Perez (2011, p.193) explica, sucintamente, alguns dos motivos que levaram o sistema financeiro ao colapso. Primeiro, que o problema se encontra na superprodução, tanto de mercadorias quanto de capitais. Posando então em um impasse, não porque as inovações não sejam suficientes, bem pelo contrário, mas é que a inovação acaba não recebendo seu devido valor já que a competição em um mundo globalizado faz com que o lucro inicial tenha de ser baixo para haver competitividade no mercado. O que leva então para uma das lógicas capitalistas que é o deslocamento da produção para que os gastos sejam menores e se possa otimizar o lucro.

Desta forma, como explicou Perez (2011), o capital produtivo acaba sendo preterido em relação ao capital fictício. Ou seja, os lucros gerados pelas empresas estavam baseados em especulações e não como resultado do comércio físico. Outro problema reside no fato de que o salário dos trabalhadores não acompanha o ritmo de crescimento do consumo, tendo sido

resolvido este com o aumento desenfreado de créditos a quem não tinha condições de pagar por ele. E dessa forma quanto mais lucro há, maior a polarização entre ricos e pobres. É um problema estrutural do sistema e que acaba afetando a todos, impiedosamente.

Regionalmente o autor cita o fato de que a América Latina foi atingido pelos quatro lados por essa política financeira internacional voraz que aconteceu no forçado pós substituição de importações. Os países se viram forçados a adotar a política de liberalização da economia e se viram invadidos por vários lados. Os Estados latino-americanos viram suas dívidas externas aumentarem cada vez mais, tanto no setor público quanto no privado.

Noam Chomsky (2006) analisa claramente a situação sulamericana perante o domínio norteamericano durante o século XX. O autor comenta que já, desde as épocas da colonização, os países acabaram se dividindo internamente e a questão racial foi prevalecente. Os brancos e descendentes de europeus tornaram-se as elites, enquanto os indígenas ficaram à margem da sociedade. Este caso agravou-se com os momentos pré e pós Guerras, onde estes países foram altamente dominados pelos Estados Unidos. Tanto que foram os que adotaram mais firmemente o Consenso de Washington.

Segundo Perez (2011), atualmente os países latino-americanos, em vez de melhorarem seu aparato interno, tem adotado um ritmo de abertura comercial, com a sofisticação do mercado financeiro, o que deixa a brecha para enxergar uma possível instabilidade resultante desse processo. Sem institucionalidades fica difícil vislumbrar novos rumos político-econômicos regionais, que gerariam uma Nova Arquitetura Financeira Regional, em contraponto com a já existente.

2.4 Globalização

O termo “globalização” designa um processo progressivo exponencial que abrange todas as áreas da sociedade, e não um acontecimento individual. Segundo SINGER, Seus primeiros passos podem ser percebidos no início do período mercantilista onde reduzem-se os custos dos transportes marítimos e tornam-se mais complexas as relações políticas, logo, as relações econômicas também. A passos modestos, durante a Segunda Guerra, em 1941, inicia-se a globalização das comunicações através de um “pacote” cultural-ideológico estadunidense, de abrangências supra nacionais atingindo 14 países do continente americano, a primeira de caráter global constituindo-se na mais ampla rede radiofônica mundial.

O fim da segunda guerra mundial, sinaliza o início da globalização moderna onde em

1945, por motivos do pós guerra, é criada a Organização das Nações Unidas que tinha como objetivo criar mecanismos diplomáticos e sociais a fim de evitar novos conflitos. Futuramente surge o conceito de blocos econômicos que levam, naturalmente, à expansão dos mercados e o crescimento da ideologia econômica liberalismo. Já para TAVARES, o surgimento da globalização inicia-se somente com o súbito crescimento do mercado financeiro e seus produtos.

Na década de 1970, devido à desregulamentação de mercado e aos choques do petróleo em 1973 e 1979, os países industrializados encontravam-se estagnados pela crise mundial, é aí então que através da Escola Monetarista, do economista FRIEDMAN, nasce o neoliberalismo, um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende intervenção mínima do estado na economia, suplantando a ideia do livre mercado (total liberdade de comércio), sob a alegação de que tal direcionamento garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Além do livre mercado, da mínima intervenção e redução do Estado, o neoliberalismo também defende princípios como a privatização de estatais, abertura econômica para multinacionais, livre circulação de capitais, adoção de medidas contra o protecionismo econômico, diminuição, regulação de mercado dada pela lei da oferta e da demanda, aumento da produção visando desenvolvimento econômico, desburocratização do estado em prol das atividades econômicas, contrário aos impostos e tributos excessivos, julga que a base da economia deve ser formada por empresas privadas e defende os princípios econômicos capitalistas.

Tais princípios têm sua formação no conjunto de medidas formulado por economistas de instituições financeiras de Washington, como o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial, chamado de Consenso de Washington.

WILLIAMSON, criador da expressão “Consenso de Washington”, em 1990, a criou com o significado de:

o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989.¹

Porém, desde então o uso da expressão começou a ser utilizada para denominar uma série de políticas neoliberais, políticas estas com as quais nem mesmo seu criador concorda:

Claro que eu nunca tive a intenção que meu termo fosse usado para justificar liberalizações de contas de capital externo... monetarismo, supply side economics, ou minarquia (que tira do Estado a função de prover bem-estar social e distribuição de renda), que entendo serem a quintessência do pensamento neoliberal. (MITCHEL, Robert. p 25)

Hoje o termo representa basicamente os pontos defendidos pelo Neoliberalismo: Disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade intelectual.

“Consenso de Washington” constitui-se num conjunto de medidas formulado pelo FMI, Banco Mundial e Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas no texto de Williamson.

Surgindo a partir da revolução industrial com a redução dos custos dos meios de transporte e dos meios de comunicação durante o final do século XX e início do XXI, a integração econômica, política, cultural e social das nações torna-se cada vez mais intensa e veloz, a este fenômeno dá-se o nome de globalização.

Tal fenômeno ocorre partindo da necessidade capitalista da criação de aldeias globais, formando assim maiores mercados para onde países com seus mercados internos saturados podem escoar seus produtos e serviços.

A partir da evolução deste processo, passa a ser possível a expansão do seu sistema tanto mercadológico como social, onde uma empresa pode expandir supra nacionalmente, sem despendar de altas quantias com comunicação e transportes.

2.4.1 FMI

Criado em 1945 e sediado na capital norte americana, Washington, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem por objetivo de estabelecer a cooperação econômica em escala global, visando garantir a estabilidade financeira e favorecer as relações comerciais

internacionais, implantar medidas para geração de emprego e desenvolvimento sustentável buscando formas de reduzir a pobreza mundial.

Dividido em cotas de participação no fundo, estabelecidas preliminarmente, tendo como maiores cotistas os países desenvolvidos - com destaque para os Estados Unidos que possui 17,46% das cotas, em segundo lugar está o Japão com menos da metade, 6,26% - por essa razão, são eles que gerenciam o organismo.

Com o objetivo de salvaguardar países com problemas financeiros, o FMI concede empréstimos, porém para recebê-los, deve-se cumprir metas e diretrizes estipuladas pelo organismo, tendo a nação devedora que se submeter a cortes nos gastos públicos, ajuste orçamentário, monitoramento da taxa cambial, dentre outros. Com as crises desenvolvidas principalmente nos anos 80, vários países da América do Sul receberam dinheiro emprestado do fundo. Sendo assim, tiveram de implementar os preceitos elaborados para que voltassem ao crescimento (MORAES; ÁVILA, 2009).

Uma vez acionado por um país em crise, este deve receber agentes que farão uma análise da situação financeira do mesmo, para só então, receber a cartilha de ações obrigatórias que garantam a estabilização econômica e o futuro pagamento do valor cedido.

Sendo assim, o FMI tinha certo poder sobre os países que contraíam os empréstimos junto ao fundo, fazendo com que estes perdessem relativamente o controle da economia e ficaria a cargo do mercado sua autorregulação. Para tal, políticas recessivas e austeridade econômica não faltaram.

O principal objetivo desses agentes era o de evitar que tais problemas se alastrassem e tomassem proporções maiores, que pudessem repercutir internacionalmente na economia. No entanto, o que o mundo assistiu foi a soberania norte-americana sobre o Sul das Américas – uma vez que possuía as maiores cotas do FMI, subjugou os latino americanos aos seus interesses comerciais. Não foi a toa que foram registrados tantos governantes com suas políticas alinhadas as de Washington (MORAES; ÁVILA, 2009).

2.4.2 Banco Mundial

Conhecido também como Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), trata-se de uma agência das Nações Unidas, criada originalmente para ajudar os países que foram destruídos na Segunda Guerra Mundial, por isso, data de 1º de julho de

1944. Sua sede encontra-se localizada, assim como o Fundo Monetário Internacional, em Washington, Estados Unidos.

Assim como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial (BM) também é composto por cotas de capital, contando atualmente com aproximadamente 150 países membros. O valor de cota e o direito de voto são determinados a partir do nível de participação no mercado mundial, sendo desta forma o principal acionista os Estados Unidos, fato que lhe concede o poder de veto em todas as decisões. Enquanto ao FMI compete o papel de coordenar as políticas de desenvolvimento e da promoção de estabilidade da balança de pagamento dos seus associados, ao Banco Mundial é confiado o papel de intermediário entre os países doadores e os beneficiados, funcionando basicamente como um fundo capaz de capitalizar recursos no mercado financeiro internacional combinando-os com recursos próprios (SILVA, 2002).

Governos podem solicitar empréstimos à instituição, porém estes recursos devem ser destinados essencialmente para obras de desenvolvimento econômico e social como: geração de energia, saneamento, infraestrutura de transporte, educação, entre outros. Assim como governos, empresas de grande porte também podem adquirir empréstimos, garantindo viabilidade do projeto e aval do país de origem, no caso de inadimplência.

A América do Sul que, ao final dos anos 80, começo dos anos 90, foi penetrada pelos preceitos neoliberais, se viu obrigada a aderir às exigências estabelecidas pelos órgãos financeiros que lhes cederam empréstimos, como indica Chesnais (1996) apud Silva (2002, p.12):

Nos Estados da América Latina, a instabilidade de suas economias, adicionada às expectativas das elites nacionais em apropriar-se de capitais por meio da especulação, a incapacidade de saldarem suas dívidas externas e o crescimento do déficit público propiciaram as condições para que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial assumissem a direção de suas políticas macroeconômicas e estabelecessem reformas institucionais que regulariam o fluxo financeiro dentro de outro processo de acumulação capitalista.

Esta política financeira descrita acima demonstrou ser dispendiosa demais para os já empobrecidos países sul-americanos, transformando a relação de credor e devedor em uma relação de dominação e subordinação, uma vez que os Estados em questão recebiam intervenção nas suas políticas até mesmo sem um consentimento formal a respeito disso (SILVA, 2002).

De acordo com o próprio Banco Mundial (2001), o maior erro dos países que

tomavam empréstimos junto a ele era a rigidez e o fechamento do mercado. Atribuindo assim, culpa ao Estado e às antigas políticas nacionais de substituição de importação.

A dita cartilha do BM tinha prescrita uma fórmula básica de elementos que, combinados, ajudaria os países sul-americanos a sair da estagnação, eram esses pontos: o controle inflacionário e a retomada do crescimento, partindo de um conjunto de metas direcionadas ao ajuste das suas políticas macroeconômicas, à abertura comercial e financeira, à desregulamentação da economia, ao ajuste fiscal, às privatizações e à proteção da propriedade privada (NAIM, 1996 apud PEREIRA, 2006). Contudo, apesar de terem seguido à risca a cartilha, a tendência à estagnação seguiu e não fosse a onda internacional de liquidez, que o mundo passou no começo da década de 80, os países não teriam conseguido “sair do buraco”.

De fato, o que se pode ver na prática, pelo menos com essa cartilha utilizada pelo Banco Mundial, foi a tentativa – com sucesso – de redefinir o papel do Estado e a liberalização da economia para abertura de mercado para o mundo – e, principalmente os Estados Unidos.

2.5 Arquitetura financeira regional (sul americano)

Os países sul-americanos desde meados dos anos 60 já vislumbravam uma integração com o intuito de tornar-se independente das transações com dólar. Com esta finalidade, foi criado um mecanismo que possibilitasse transações com o mínimo possível de dólares entre os Estados. Assim, em 1966, teve seu início, no âmbito da Associação Latino Americana para a Integração (ALADI), a Convenção sobre Pagamentos de Créditos Recíprocos (CCR). Contou com a participação de doze países, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Porém, foi apenas em 1982, com crises de dívida externa e agravamentos de problemas financeiros em países periféricos, que a CCR ganhou força. O instrumento era simples, fácil e barato, tornando-se em pouco tempo um facilitador do comércio intrarregional. Funcionava da seguinte forma, como explica Severo (2010, p. 02):

Os bancos centrais dos países signatários comprometem-se a aceitar os débitos de operações de importação e exportação realizadas na área da ALADI. Os débitos e créditos de todos os países são compensadas multilateralmente, a cada semestre, no último dia útil dos meses de abril, agosto e dezembro de cada ano, de modo que apenas os saldos resultantes são transferidos em dólares. Ou seja, este instrumento permitiu pagamentos de compensação das exportações e importações entre os

países, reduzindo a sua necessidade de dólares para as transações internacionais e aliviar seus problemas de restrições externas.

Durante vários anos, a ALADI conseguiu através da CCR, manter em torno de 90% do comércio intrarregional sem a necessidade do uso da moeda norte-americana. Contudo, os Estados Unidos percebeu esse desprendimento e tratou de forçar alguns Estados a deixarem seu uso. Como foi o caso do governo brasileiro, na época regido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, desestimulado pelo FMI a seguir utilizando da convenção (SEVERO, 2010).

Em um contexto onde as instituições financeiras encontravam-se em descrédito e os países em profunda crise nos grandes centros comerciais do mundo capitalista, a criação de cenários regionais alternativos de integração na América do Sul é possível e viável. O crescimento das reservas internacionais destes países e o aumento das transações intrarregionais surgem como base material incipiente para o aprofundamento deste caminho (ROSALES, 2009).

Segundo Gudynas (2008), as Instituições Financeiras Regionais (IFR) existentes na América do Sul possuem algumas particularidades, como por exemplo, a atuação especificamente “regional”, destinando recursos para os países da região. As autoridades e o processo decisório estão nas mãos dos governantes locais. Tem como abordagem principal os financiamentos para infra-estrutura, expansão empresarial privada ou cooperação técnica e projetos energéticos.

Atualmente, existem cerca de oito IFRs atuantes na região, são elas: *Banco Centroamérica de Integración Económica* (BCIE), *Banco Latinoamericano de Exportaciones* (BLADEX), *Corporación Andina de Fomento* (CAF), *Caribbean Development Bank* (CDB), *Fundo da Bacia do Prata* (Fonplata), *Fondo Latinoamericano de Reservas* (FLAR), e os bancos nacionais BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) do Brasil e BANDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) da Venezuela. Não entra, pelo menos por enquanto, nessa contagem o Banco do Sul, visto que ainda não está operando (GUDYNAS, 2008).

Há pelo menos cinco atributos principais que os fundos de reserva regionais devem ter para que sejam eficazes na proteção monetárias aos seus membros. Primeiro, possuir capacidade financeira que seja, no mínimo, suficiente para cumprir sua meta principal que é o controle da balança de pagamentos. Segundo, uma capacidade de supervisão econômica e financeira por parte do fundo, pois os membros não concordarão em emprestar divisas para

um Estado que não possa efetuar o pagamento no futuro. Terceiro, que os processos decisórios sejam rápidos, uma vez que, o passado confirma, os choques sofridos pelas economias costumam acontecer repentinamente. Quarto, a legitimidade das transações para que os membros sintam-se seguros. E, por fim, a habilidade em trabalhar conjuntamente com órgãos multilaterais, pois pode ser necessária uma terceirização na negociação dos acordos, como também pode ser favorável o auxílio financeiro destas entidades (PERUFFO, 2012).

A partir da crise internacional de 2008, no âmbito da União das Nações do Sul (UNASUL), surgiu um projeto inovador que desenharia novos meios para os países sul-americanos serem o mínimo possível atingido em depressões como esta. A Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR) tem como objetivos a diminuição da dependência dos países da região do dólar; redução de custos e maior facilidade para obter recursos para fomento do comércio; e financiamento para desenvolver economicamente a região, criando assim uma autonomia de órgãos internacionais como o Banco Mundial. Sendo, para os dois primeiros objetivos, necessária a criação de mecanismos para liquidação de reservas e convergência comercial, um fundo monetário sul-americano e uma moeda única para circular regionalmente. Por essas características, começaram as negociações para a então criação do Banco do Sul (CALIXTRE; BARROS, 2010).

2.5.1 Potências Regionais

O mundo vive uma nova configuração geopolítica e o Brasil está se posicionando para melhor tomar proveito desse novo momento. Desde o final da Guerra Fria em 1991, os Estados Unidos assumiram uma posição predominante e isolada no mundo (HURRELL, 2006; VIZENTINI, 2008; GRAZIANI, 2009; FIORI, 2010). No entanto, no limiar do século XXI alguns países emergentes como: Brasil, China, Índia, Rússia, África do Sul, Egito, México, abancaram maior influência no cenário regional e mesmo mundial.

A esses países é dada a designação de potências regionais (NOLTE, 2007). Essa nova configuração no tabuleiro mundial de nações abre questionamentos sobre uma nova ordem mundial e um novo equilíbrio de poder entre as nações. Com a multipolarização pós Guerra Fria, o surgimento de Estados que se destacam regionalmente ficou mais evidente. E a crise econômica, eclodida em 2008, deixou estas potências regionalmente instaladas ainda em maior evidência.

Enquanto antigamente um dos fatores que definia uma potência era sua militarização,

nos dias atuais o poderio econômico se destaca para que um país seja assim chamado de potência. Ou então, como diz Bandeira (2008,p.52): “[...] é necessário que o Estado tenha capacidade de exercer pressão diplomática, i. e., capacidade para obter parte do que poderia ser o resultado de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater realmente”.

O Brasil, tanto sozinho como em bloco, através do MERCOSUL, exerce a figura de potência do sul das Américas. As proporções continentais e a riqueza natural fazem do país um líder nato, muito embora a política externa brasileira tenha se consolidado – principalmente na última década –, alavancando assim o status do país internacionalmente.

2.5.2 Integração Regional

Deutsch (1957 apud VAZ, 2002) define integração como a existência de um sentido de comunidade, de instituições e de práticas capazes de assegurar a paz ao longo do tempo. Deutsch aponta três elementos essenciais para que haja integração: sentido de comunidade (muito próximo ao nível de um país), a existência de instituições (uma vez que estas são necessárias para manter a união e o funcionamento do espaço integrado) e que estas possam manter práticas que alcancem a ausência de conflitos).

Kfuri (2007) complementa Deutsh, indicando que os atores envolvidos nesta integração são, inicialmente, independentes entre si, mas que almejam ter maior poder de barganha internacional e decidem unir-se. Definindo, desta forma, como um meio de padronizar e institucionalizar regionalmente para trazer uma maior dinamicidade para as relações destes países. A intenção é que haja ganho econômico e que a população possa desfrutar de uma melhora no seu bem-estar social, onde consigam notar as vantagens de estarem integradas (MENEZES, 2006).

Influenciado pelo grande impacto causado pelas duas grandes guerras na primeira metade do século XX, Karl (1958) diz ainda que, a primeira função da integração regional foi a de alcançar a paz, uma vez que o temor de novos conflitos fez com que cidadão e políticos aceitassem a idéia de se unir, formar uma comunidade. Contudo, atualmente, os motivos para essa integração se tornaram outros. Os motivos econômicos vêm com forte aspecto nesse intuito de regionalização de parceiros, uma vez que um bloco, por assim dizer, é mais importante.

De acordo com Kfuri (2007), não é possível avaliar os motivos que levaram os vizinhos a se tornarem parceiros como um todo, mas esmiuçando essas relações, uma vez que

os fatores podem ser os mais variados. Em outras palavras, “ele não pode ser avaliado de uma forma compacta, e sim desmembrado em várias características particulares, que podem ser vistas como indicadores temáticos” (p. 07). Sendo assim, o fruto dessa relação regional pode ser mensurado como um todo, mas também em algum indicador específico que o levou à aproximação. Como exemplo típico sul-americano pode-se notar a parceria Brasil-Venezuela no caso energético.

Segundo Menezes (2006), seria improvável uma integração de países distantes, como exemplo usado pelo autor, Coreia do Sul e Brasil. A proximidade geográfica faz-se necessário, como denota o termo regional. O comércio entre os atores pode até ter um acréscimo, mas uma integração se torna praticamente impossível. Outros fatores apontados seriam a falta de meios de transporte adequados, atividade comercial anterior e falta de laços culturais e históricos.

É necessário afirmar que uma integração entre países com maior poder econômico, como o caso da União Europeia (UE), é mais fácil do que uma entre países emergentes ou em desenvolvimento, como no caso do MERCOSUL. Mas, mesmo para estes, é vantajoso, visto que aumenta o mercado interno, podendo desta forma ter um maior escoamento da produção sem cobrança de impostos e embargos protecionistas. Assim, os custos de produção cairiam e poder-se-ia investir na qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Este é um ganho que não pode ser desprezado, principalmente em competição acirrada com muitos países tecnologicamente mais avançados e com maiores possibilidades de investimentos (MENEZES, 2006).

2.5.3 Liderança Regional

Com o fim da bipolaridade em 1991, marcado pelo colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa tendência de organização política internacional, onde grupos de países se integram em vista de fins comuns, chamamos de regionalização ou regionalismo. E quando as províncias ou os Estados que formam uma federação se unem para cooperar, supra nacionalmente, chamamos de acordo sub-regional (BERNAL-MEZA, 2008).

Entretanto, o que faz com que uma nação seja uma potência regional? Segundo Nolte (2007, p.16-18), os critérios para se reconhecer uma potência regional são quando este país (o líder) é capaz de: (1) agregar poder: convencer um número suficiente de países da região para seu projeto hegemônico; (2) compartilhar poder com os países menos

poderosos da região; (3) possuir recursos materiais (militares, econômicos, demográficos), institucionais (políticos) e ideológicos para uma projeção de poder na região; (4) exercer efetivamente grande influência em assuntos da região; (5) comprometer-se com uma estratégia de longo prazo em vista de criar uma institucionalidade regional, ou seja, possuir capacidade de criar compromissos que sejam mantidos no decorrer do tempo, por meio de instituições sólidas, independentemente das mudanças de governos. Outro estudioso alemão da América Latina e mais especificamente do Brasil, Flandes (2007), define de forma muito objetiva uma potência regional por meio de quatro critérios essenciais: (1) formulação do desejo de liderança; (2) posse dos recursos de poder necessários para a liderança; (3) emprego de instrumentos de política internacional; e (4) aceitação de seu papel de líder pelos países liderados.

O Brasil, como maior país sul-americano, tanto em riquezas naturais como potencial de mercado, exerce uma liderança natural na região. No entanto, é interessante notar que mesmo exercendo essa liderança regional o país tentou por diversas vezes manter estreitas ligações com seus vizinhos, em especial com a Argentina, visto que seria uma forma de consolidar sua posição e assim aumentaria o poder nas relações com as grandes potências, como os Estados Unidos. (AMORIM ; PIMENTEL, 1996 apud VIGEVANI et al 2008).

2.5.4 FLAR

O Fundo Latino Americano de Reservas (FLAR) é uma organização financeira de caráter internacional que foi criado em 1978 e, atualmente, é composto pelos seguintes membros: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Sua sede localiza-se em Bogotá, na Colômbia. O Fundo tem como objetivos primordiais, apoiar a balança de pagamentos dos países membros, oferecer créditos e garantir empréstimos a terceiros; melhorar as condições de investimento das reservas internacionais provenientes dos países membros; contribuir com a harmonização das políticas de cambio, monetárias e financeiras dos países membros.

De acordo com o próprio site do Fundo Latino Americano de Reservas (2013), o Fundo tem a intenção de atingir a todos os países da América Latina e, por isso mesmo, teve de mudar seu nome, visto que, inicialmente, o nome da instituição era Fundo Andino de Reservas (FAR). O Fundo corresponde à tentativa mais exitosa da região em empréstimos de curto prazo. Possuindo basicamente cinco linhas diferentes de crédito: liquidez, balança de pagamentos, reestruturação da dívida, contingência e tesouraria. Possui uma divisão de

estudos econômicos que além de supervisionar também monitora os países com certa regularidade (PERUFFO, 2012).

O capital do Fundo, em 2008, era de U\$ 410,6 milhões e o volume total de ativos de U\$ 452,0 milhões. Possui, inclusive, uma boa história creditícia. Ao longo dos seus mais de 30 anos de atuação, teve papel importante na crise de dívida externa que os países sul-americanos passaram nos anos 80 e quando a crise asiática eclodiu ao final dos anos 90 (DEOS; MENDONÇA; WEGNER, 2010, p.12). Segundo Peruffo (2012, p.67), em agosto de 2010, o capital do Fundo estava em U\$ 2,3 bilhões – sendo que 60% nas mãos dos três maiores membros: Venezuela, Colômbia e Peru. O capital efetivamente pago totalizou U\$ 1,8 bilhão.

O FLAR possui menos burocracia para empréstimos com finalidade de acabar com o déficit na balança de pagamentos e, mesmo assim, a mesma eficiência apresentada pelo FMI, mas mais rápido que este. Possui como deficiência a quantidade de capital, sendo assim, só é capaz de ajudar os países efetivamente quando for uma crise de menor impacto, que não seja generalizada e de menor duração (DEOS; MENDONÇA; WEGNER, 2010). As deliberações e tomada de decisões para empréstimos necessitam da aprovação de pelos menos cinco dos sete membros.

Esse tipo de empréstimo é mais vantajoso que o retirado junto ao Fundo Monetário Internacional, uma vez que ele é gerido pelos governantes regionais e estes possuem interesses políticos e econômicos em comum (DEOS; MENDONÇA; WEGNER, 2010). Ou seja, de certa forma, o FLAR compete em igualdade com o FMI, mas suas particularidades ajudam não apenas o país que pediu o empréstimo, mas também os outros Estados da região, uma vez que não precisam pedir créditos para a instituição internacional, mantendo o Fundo sem atuar na América do Sul sem que este possa tirar “proveito” da situação, como já acontecido anteriormente.

2.5.5 UNASUL

De acordo com o site do Itamaraty (2013):

A União de Nações Sul-americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante uma Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a

entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011.

Faltaram apenas duas assinaturas: Colômbia e Paraguai. Sendo que esta persegue objetivos semelhantes aos da União Européia, tendo assim por objetivo maior construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Diferenciando-se assim das instituições regionais existentes, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), pois estas possuem, basicamente, motivações comerciais (SCHMIDT, 2010).

No preâmbulo do Tratado Constitutivo da UNASUL, pode-se verificar as diferenças desta para as outras instituições regionais, uma vez que deixa clara a intenção de formar uma identidade sul-americana com base em princípios fundamentais como solidariedade, cooperação, participação cidadã e pluralismo e direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes. Visando, obviamente, que os Estados-membros se desenvolvam não apenas economicamente, mas também socialmente (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

Especificando os objetivos da UNASUL, podem-se destacar alguns princípios básicos, extraídos do Artigo 03 do Tratado Constitutivo: desenvolvimento social, erradicação da pobreza, erradicação do analfabetismo, educação de qualidade com acesso a todos, seguridade e saúde com acesso universal e cooperação em casos migratórios, respeitando sempre os direitos humanos e trabalhistas, regularizando e harmonizando suas políticas relativas (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

O objetivo de ressaltar – e inflamar – o espírito de pertencimento à região e a identidade sul-americana perpassa pelo Artigo 03 também. Um dos meios encontrados para que isso aconteça é com o reconhecimento dos direitos de qualquer nacional de um dos Estados-membros que seja residente em outro Estado-membro, reforçando assim sua identidade de pertencimento regional. Intenciona-se uma participação mais efetiva da população para a formulação das políticas de integração (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

A dúvida, inicialmente, em relação à UNASUL, pode ficar por conta da dúvida em

relação a ação efetiva da instituição, pois, a princípio, ela difere-se do MERCOSUL, uma vez que este visa a expansão comercial de seus membros intrabloco para fortalecimento em relação ao cenário internacional. Ou seja, acredita-se que a União de Nações Sul-Americanas desempenhe um papel diferente neste caso, sendo um instrumento para uma inserção mais assimétrica em um cenário global (BARNABÉ, 2011).

Outro ponto em dissonância com o Mercado Comum do Sul é que este se encontra intrinsecamente ligado aos preceitos neoliberais, tão difundidos na América do Sul nos anos 90, época da sua criação. A UNASUL visa, em última instância, uma inserção mais participativa dos Estados-membros em um cenário político e econômico global, e não como um bloco de enfrentamento aos outros já existentes (BARNABÉ, 2011).

O sistema de votação é um voto para cada Estado-membro, podendo-se valer de veto. Sendo assim, entende-se que há a possibilidade do país que exerce liderança regional se valha disto para fazer um trampolim internacional, pois acaba ganhando prestígio ao ser o país líder regional. O Brasil como liderança já deixou bem claro suas intenções em mediações de conflitos e quanto ao desejo de ocupar um dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (BARNABÉ, 2011).

Outra das intenções com a criação e bom funcionamento da UNASUL é que conflitos intrarregionais possam ser resolvidos estabelecendo prerrogativas sul-americanas sem interferências exteriores, como casos em que pendências regionais são resolvidas no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) – que conta com a participação de países como México e Estados Unidos – e que, em alguns casos, acabam indo contra as vontades dos países da América do Sul. Sem contar que, contando com a eficácia da organização, os Estados Unidos se distanciariam da região para promoção de seus interesses (BARNABÉ, 2001).

Em suma, nota-se claramente que a regionalização a ser promovida pela UNASUL traria benefícios para todos os Estados-membros, pois estes se fortaleceriam política e economicamente em uma época em que blocos regionais têm surgido em certa quantia ao redor do mundo. O Brasil, como liderança, teria capacidade de “tomar conta” e provar que é um bom mediador de conflitos e merece maior destaque internacional.

2.6 O preço da desigualdade – Joseph Stiglitz

O vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001, Stiglitz, em seu novo ensaio

econômico traz um tema até então pouco discutido: a desigualdade. Esta que foi uma das principais causas da crise e a austeridade dos países frente à esta só aumentou as proporções desigualitárias.

Esta desigualdade decorrente desde o pós-guerra, quando a redistribuição do produto social é deixada de lado em detrimento dos mais ricos. Se a isto, for somada a globalização que liberalizou a circulação de capitais, aumentando ainda mais a diferença dos que tinham mais capital para os menos favorecidos. Esta desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres, até mesmo em grandes potências internacionais, trouxeram grande instabilidade ao sistema (ALMEIDA, 2013).

Stiglitz (2012) cita o Brasil como um país de grandes desigualdades, porém lembra que a porcentagem de diferença era muito maior. Que desde Fernando Henrique Cardoso foi investido em educação e em programas sociais que, em um cenário maior, tem refletido nos dados macroeconômicos também.

Quando explodiu a crise de 2008, fruto de capital especulativo, onde muitos bancos quebraram, recorreu-se logo ao governo para salvá-los. Sendo assim, 99% da população acabaram por arcar com o prejuízo deste 1% que especulava para aumentar seus dividendos. E as medidas austeritárias tomadas pelos governos europeus, tendem a serem maléficas a longo prazo. Conforme previsões da *Oxford Committee for FAMine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome) – OXFAM, se as medidas de austeridade continuarem a ser adotadas em 2025, mais de 20 milhões de europeus estarão em risco de pobreza. Partindo destas informações, Alonso (2012), responsável pela OXFAM na União Europeia faz o seguinte discurso: “Fazemos um apelo aos governos europeus, para que liderem um novo modelo social e econômico que invista nas pessoas, reforce a democracia e procure um sistema fiscal justo”.

Essas medidas austeras, bravamente criticadas pela OXFAM, têm beneficiado apenas as classes mais abastadas de países como Portugal e Espanha. Depois de crises financeiras os ricos veem seus rendimentos crescer em até 10% enquanto os pobres cada vez se afundam mais em dívidas.

Dados publicados no ano seguinte à grande crise, em 2010, davam conta de que, segundo Stiglitz (2012), 93% das rendas provindas de lucros naquele ano foram diretamente para este 1% mais rico dos Estados Unidos. Explicou que os ganhos de qualidade de vida dos últimos anos têm sido vistos apenas por essa pequena parcela da população que está no topo da pirâmide, aumentando ainda mais as diferenças. Usando como exemplo uma torta em

crescimento, afirma que o governo diz que conforme a torta cresce, as pessoas – principalmente as da base da pirâmide – vão ganhar uma fatia maior; enquanto o que a realidade informa é que, apesar da torta estar crescendo mesmo, a fatia para a maioria da população está se tornando cada vez menor.

3. A NOVA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL

Em setembro de 2008, o mundo inteiro pode assistir estarrecido a derrocada de vários dos maiores e tradicionais bancos norte-americanos. A crise, originada das hipotecas de alto risco (*subprime*), iniciou alguns anos antes, mas apenas mais ao final da década é que foi sentido em todas as escalas sociais dos Estados Unidos da América (EUA). Esta crise devastou o sistema econômico internacional e em poucos meses já se pode notar os efeitos (FARHI et al 2009).

O pós-crise colocou em xeque o sistema financeiro internacional. Remontando os anos 90, onde muitas crises desencadearam mundo afora, muito mercados emergentes sofreram perdas, ligando o alarme de que eram necessárias mudanças urgentes no Sistema Financeiro Internacional. Essas crises noventistas mostraram perfeitamente as falhas e vulnerabilidades do sistema em vigor (LINS, 2004). Já após a crise asiática de 1997 até economistas mais ortodoxos passaram a defender a criação de novos meios de aperfeiçoamento da arquitetura financeira internacional, como por exemplo, controle sobre os fluxos de capitais (FREITAS; PRATES, 2002).

Apesar das fragilidades apresentadas desde a década de 70, o sistema financeiro internacional obteve alguns ajustes importantes ao longo do tempo. O FMI ampliou linhas de crédito para Estados que estivessem enfrentando crise, criou mecanismos para identificar possíveis vulnerabilidades ou riscos sistêmicos. Também o *Bank of International Settlements* (Banco de Compensações Internacionais) – BIS, mediou as negociações que levaram aos Acordos da Basileia, em 1988, dos quais, uma série de medidas regulatórias foram impostas às instituições financeiras (LINS, 2002). Muito embora essas medidas adotadas não tenham sido suficientemente eficazes para o regulamento do sistema, que continuou cambaleante até a crise maior.

O dólar, como moeda internacional, encontra-se ameaçada, uma vez que os Estados Unidos, desde os anos 90, vem pedindo empréstimo para grandes bancos da Ásia à taxas altíssimas e não era cobrado pois era uma economia demasiadamente grande para fracassar. Muito embora cada vez mais estes credores tenham aumentado seu poder sobre a política estadunidense. Essa ameaça fez com que ressurgisse, através dos chineses, o plano original de Keynes, de uma moeda global, gerida por um Fundo Monetário Internacional mais

democrático – e com um país como a China mais prestigiada. Então, soa o alarme norte-americano: a hegemonia econômica encontra-se na corda bamba, prestes a cair (HARVEY, 2011).

O governo norte-americano, através do Conselho de Inteligência Nacional, fez previsões logo após a primeira eleição de Barack Obama, de como seria o mundo no ano de 2025. Provavelmente seja a primeira vez que um órgão oficial dos Estados Unidos tenha feito a previsão de que até lá o país ainda será economicamente forte, mas não será mais um operador dominante. O mundo deixará gradualmente de ser centralizado e passará a ser multipolarizado, os atores não estatais passarão a ter maior importância (HARVEY, 2011).

As soluções para esses problemas sistêmicos são constantemente apregoados pelo economista equatoriano PEREZ. Principalmente as soluções para que a América do Sul encontre uma saída independente. E ela se daria da seguinte forma: em vez de exportar os lucros, fazendo investimentos extrarregionais, estes deveriam ser reinjetados na economia sul-americana. Estes investimentos, a taxas baixíssimas, feitos em instituições financeiras do exterior que, inclusive, podem alimentar Wall Street ao invés de serem feitas melhorias na produção ou na geração de empregos, características primordiais para um desenvolvimento sustentável como planejado. E, em contraponto, os Estados se desesperam para atrair investimentos estrangeiros para a região.

Basicamente, Perez (2011) institui a precisão de mudança nas relações entre Estado, economia capitalista privada e economia popular, alterando as relações entre finanças e produção, sem que haja interferências do capital especulativo internacional neste rearranjo. Desta forma, reunindo estes elementos, os Estados possam se reinserir no mercado internacional, pois se seguir no modelo primário atual isso dificilmente acontecerá.

Outro ponto enfatizado pelo economista é a necessidade de um sistema monetário comum sul-americano, como já existiu no passado, no caso da Convenção sobre Pagamentos de Créditos Recíprocos (CCR), que nada mais é do que um sistema de compensação de pagamentos sobre a base de dólar. Perez (2011) lamenta a impossibilidade no passado dos países em não ter conseguido seguir esse modelo, pois estavam muito atrelados aos seus próprios interesses com os Estados Unidos e com o dólar. E explica que não se substituirá realmente nenhuma moeda latino-americana de forma física apenas de forma virtual para facilitar as transações comerciais. Sendo nada mais que uma forma de compensações monetárias entre os países, porém sem ser necessária a utilização de dólares.

Chomsky (2006) ressalta que, durante um longo período pós-colonização, os países da

América do Sul mantiveram-se separados e que, agora, a integração é vista como necessária para vários dos líderes da região, como Lula da Silva, presidente do Brasil (2002-2010) e Michelle Bachelet, presidente do Chile (2006-2010 – primeiro mandato). E que, apesar de alguns pontos de hostilidade na região – entre Peru e Venezuela, por exemplo – estamos em um novo patamar direcionado para um rumo de aproximação.

Perez (2011) cita como exemplo desse sistema sul-americano de comércio, Brasil e Argentina, sendo este o maior deficitário das relações comerciais. Atualmente, caso o Brasil queira comprar produtos argentinos, necessita comprar dólares, trocar por pesos argentinos e então efetuar a compra. Sendo o inverso, no caso argentino, também verdadeiro. Ou seja, há uma dupla demanda artificial desnecessária pressionando o mercado cambial fazendo com que os preços ascendam nos mercados de cada um dos países trazendo instabilidade financeira.

A saída para o problema Brasil x Argentina seria deixar de fazerem as transações comerciais em dólares e optar por fazê-las nas suas próprias moedas nacionais. Sendo assim, caso o Brasil quisesse comprar um produto argentino pagaria em reais e caso a Argentina quisesse fazer a compra de algo brasileiro pagaria em pesos argentinos. Se os argentinos comprarem mais do que venderem, brasileiros acabarão com estoques da moeda argentina em seus cofres; caso contrário, os argentinos ficarão com estoque da moeda brasileira na Argentina.

Hoje, os países pegam os recursos, invertem em dólares para pressionar o mercado cambiário e alimentar a lógica capitalista atual que vive afetando as economias sul-americanas. A nova alternativa sugerida é a seguinte: os pesos argentinos que se encontram nos cofres brasileiros, resultantes do déficit da balança comercial entre os países, seriam a oportunidade ideal para investir na economia ou comprar novos produtos argentinos. Havendo então um processo de estabilização automática das balanças comerciais de Brasil e Argentina, além do fomento para que o comércio argentino produza ainda mais. A integração sul-americana daria passos largos fazendo com que os aparatos produtivos acabassem se tornando equivalentes na região, aumentando empregos e trazendo desenvolvimento para todos países igualmente.

O processo descrito acima pode ser utilizado em toda a região da América Latina com a capacidade de gerar novos meios de pagamento de divisas, novos investimentos regionais e uma maior estabilidade dos países. Essa ferramenta se torna muito importante numa época em que há uma instabilidade internacional generalizada, sendo que a qualquer momento uma

nova crise pode vir e derrubar novamente as economias. Dessa forma, a nova arquitetura econômica regional depende muito da reconstrução da arquitetura financeira nacional de cada um dos Estados envolvidos, que ponha novamente o sistema financeiro a favor da geração de empregos e da produção, trazendo todos os países em igualdade para o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a Nova Arquitetura Regional estaria fundamentada em três pilares: um banco que possa fomentar o desenvolvimento dos países, o Banco do Sul; a pavimentação de uma soberania monetária comum a todos Estados sul-americanos, que seria o SUCRE; e, finalizando, uma rede de segurança que possa proteger contra turbulências internacionais, que seria o Fundo do Sul. É desejável que esses pilares comecem sua intersecção o mais breve possível para que, agindo em conjunto, possam gerar a sinergia necessária para avançar essas novas reformas estruturais. (PEREZ, Pedro Paez, 2011)

Atualmente, esses esforços para aproximar economicamente as nações sul-americanas podem estar com seus primeiros frutos. O Banco Central do Brasil (2014) noticiou em sua página oficial que os Bancos Centrais da América do Sul lançaram o Grupo de Estabilidade e Desenvolvimento Financeiro. Este grupo é formado pelos Bancos Centrais de Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, sendo possível a adesão de outro Estado. Conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Tem como fim, aprofundar a cooperação entre os Estados-membros, sendo incentivada a troca de informações e experiências entre os Bancos Centrais, debatendo e analisando as conjunturas econômicas regionais e internacionais. Também pesquisas, cooperação técnica e treinamentos diversos. Não obstante, o conhecimento será propagado, por intermédio de seminários e conferências, discutindo a problemática da estabilidade financeira da região, bem como de políticas econômicas.

Outra prova destas tentativas é a Reunião dos Presidentes de Bancos Centrais da América do Sul, que acontece quase todo semestre. A última aconteceu em 23 de maio de 2014, na cidade de Buenos Aires, na Argentina. A finalidade principal era de um intercâmbio de informações e troca de experiências individuais sobre balanços de Bancos Centrais. A avaliação geral atual, porém, não é das melhores. A economia mundial anda a passos lentos e espera-se que os países emergentes ajudem o mundo a impulsionar o crescimento. Essa transmissão de experiências ajuda na definição de políticas de estabilidade financeira e política monetária (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014)

3.1 Banco do Sul

Instituição concebida por sete dos países que integram a UNASUL - Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Equador e Paraguai. Que tem como objetivo de financiar projetos de desenvolvimento em infra-estrutura e de integração comercial regional. A instituição foi uma ideia inicialmente lançada pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez na corrida presidencial venezuelana em 1999. O encaminhamento do projeto ocorreu apenas em 2004. Três anos mais tarde, no início de 2007, o primeiro memorando foi assinado pelos presidentes Hugo Chávez, venezuelano, e Néstor Kirchner, argentino. O Brasil, do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva veio a assinar em maio e através de relações bilaterais com os demais países foi convencendo a assinarem também (PERUFFO, 2012). Assim, então, em dezembro de 2009, os sete Estados-membros assinaram a Ata Fundacional do Banco do Sul. Sendo estes sete: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Sendo a sede do banco em Caracas, na Venezuela, contando com duas subsedes em Buenos Aires, Argentina, e La Paz, Bolívia.

Na Cúpula de Montevideu, em 2008, ficou estabelecido que o capital autorizado seria de U\$ 20 bilhões e que o capital subscrito seria de U\$ 7 bilhões. Dois meses após esta, em Buenos Aires, definiu-se o montante inicial de U\$ 10 bilhões e a parcela inicial de cada país-membro: Argentina, Brasil e Venezuela contribuiriam com U\$ 2 bilhões cada; Equador e Uruguai com U\$ 400 milhões cada; e Paraguai e Bolívia com U\$ 100 milhões cada. Faltariam U\$ 3 bilhões que seriam divididos entre os demais membros da UNASUL, mas que ainda não fizeram a adesão que são: Chile, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname (CARVALHO, 2009 apud PERUFFO, 2012).

O sistema de votação funciona com cada membro um voto, independente do investimento inicial de cada Estado. Assim, garante-se a participação de todos países, inclusive os menores, impedindo o poder de veto dos maiores cotistas. Deixando clara crítica ao sistema de votação do Fundo Monetário Internacional (FMI), em que as cotas são distribuídas conforme o dinheiro que cada país investiu, tornando desigualitária a distribuição de recursos (CALIXTRE; BARROS, 2010).

Uma instituição como o Banco do Sul pode ter, em suma, quatro funções: banco de desenvolvimento; banco de desenvolvimento social; banco de reservas, prestador de última

instância; e banco de compensações regionais. Ao que parece, pelas características descritas, o Banco será, basicamente, um banco de desenvolvimento com algumas atribuições de um banco de desenvolvimento social, muito embora alguns países defendam que seja mais para fundo de reservas ou banco de compensações regionais (PERAFFO, 2012).

A visão dos países acerca da funcionalidade do banco é bastante diversa. A Venezuela defende que o Banco do Sul não deveria impor condicionalidades, deveria apoiar os países no caso de crises cambiais – substituindo progressivamente a atuação do FMI na região – e vetar o financiamento de grandes empresas privadas. Brasil o entende como um banco de desenvolvimento para financiar projetos de infraestrutura; que os Estados não podem pedir empréstimos maiores do que sua possibilidade de pagamento; e defende que o FMI mantenha seu papel na região, em última instância, em crises cambiais. Enquanto Bolívia e Equador entendem o banco como o projeto inicial que desembocaria em uma moeda única. Outros defendem que, como já existem fomentadores para projetos de infraestrutura, os esforços da instituição deveriam se voltar para outras áreas, como atuação na segurança alimentar, redução de pobreza, manutenção das riquezas naturais e redução das assimetrias entre os países vizinhos. No fim, perdurou a posição brasileira sobre o Banco do Sul (PERAFFO, 2012).

O Banco dará início às suas operações quando algumas pendências estiverem resolvidas: depósito da ratificação do Tratado Constitutivo da maioria dos Estados-membros – dos sete, quatro precisam assinar; dois terços do capital subscrito ser entregue pelos países fundadores; e a participação de, pelo menos, dois países pertencentes ao Grupo 1 (Argentina, Brasil e Venezuela) e mais dois países do Grupo 2 (Chile, Colômbia e Peru), considerado médio, ou então dois países do Grupo 1 mais um do Grupo 2 e um considerado pequeno (Bolívia, Paraguai, Suriname e Guiana) (CTP/NAFR, 2010).

3.2 SUCRE

O *Sistema Único de Compensación Regional* (SUCRE), é a moeda proposta para os países da Aliança Bolivariana Para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (recentemente batizado de Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA). Tem em seu nome a homenagem a Antônio José Sucre, libertador da Venezuela, do Equador e da Bolívia. A unidade monetária comum trabalha com duas etapas, onde em primeiro momento seria de compensação, e posteriormente adotada como moeda corrente dos países integrantes

da ALBA: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

O SUCRE foi desenvolvido para ser uma moeda de comércio entre os membros do tratado e não para ser uma moeda como tal. Em outras palavras, não circulará como uma moeda normal será usada apenas pelos bancos centrais dos países para contabilização do comércio. O dólar ainda é utilizado como referencial, muito embora em breve pode ser trocada por outra coisa, como o petróleo, por exemplo (SEVERO, 2010).

Como proposta predominante do SUCRE é notada uma tentativa de independência do dólar. Com os países necessitando cada vez de mais dólares para poder fechar suas divisas internacionais, estes se viam obrigados a exportar em maior quantidade ou atrair investimentos estrangeiros. Também seria uma forma de incrementar o comércio intrarregional (SEVERO, 2010).

Para melhor entendimento de como funcionam as transações dos países com o SUCRE, utilizar-se-á de um breve esquema:

- 1 – Um exportador boliviano e um importador venezuelano fecham um acordo de compra, determinando um preço X em dólares;
- 2 – O importador venezuelano vai até um banco comercial e deposita em bolívares o montante do produto X;
- 3 – O banco comercial venezuelano entrega ao Banco Central da Venezuela, que converte a quantidade equivalente em SUCREs;
- 4 – Através da Câmara de Compensação de Pagamentos, o Banco Central da Venezuela irá fazer o “pagamento” ao Banco Central da Bolívia em SUCREs;
- 5 – O Banco Central da Bolívia transfere ao banco comercial do exportador o montante correspondente em bolivianos – moeda local (fechando assim as operações comerciais sem ter utilizado 01 dólar sequer);
- 6 – Semestralmente é feito um balanço de compras e vendas de cada país dentro da Câmara. De modo que apenas a diferença deste seja paga em dólares.

Dessa forma, fazendo uso do SUCRE como moeda virtual, unicamente o saldo das transações é pago em dólares, lançando mão da necessidade de utilização da moeda estadunidense e das divisas internacionais da moeda, que seriam utilizadas com outros países não pertencentes à ALBA. Contudo, o sucesso da moeda depende da balança comercial entre os países, ou seja, quanto mais houver negócios entre eles, maior o êxito que será alcançado através da moeda.

3.3 Fundo do Sul

Com o intuito de securitizar essa integração sul-americana, o *Fondo del Sur* – defendido por Perez como um dos três pilares essenciais da Nova Arquitetura Financeira Regional – surge como o complemento para esse trinômio econômico. Sua principal vantagem é a de possibilitar a união de reservas entre os países para se tornar independente do Fundo Monetário Internacional.

Esta nova alternativa latina teria questões-chave como a conexão online entre os bancos centrais – que já está sendo implantado com o SUCRE –, sem ter que passar pela Reserva Federal dos Estados Unidos, como é feito atualmente. Sendo assim, vários novos tipos de transações poderiam ser efetivadas entre estes bancos, com a possibilidade, por exemplo, de mover a liquidez em curto prazo de um banco para outro, tanto de bancos centrais, como privados e instituições.

O maior problema advindo da atual crise é a sensação de liquidez em uns setores específicos enquanto em outros nada. Para Perez, o fato dos países sul-americanos ficarem enviando suas divisas e investimento extrarregionalmente agrava as economias e a solução está em estabelecer mecanismos regionais, como facilidades de emergência, tanto para problemas de caixa como de balança de pagamentos, estabelecimento de créditos recíprocos em moedas nacionais entre os bancos centrais, relações modulares com outro blocos como a União Européia. Estes mecanismos permitiram até, em um caso mais avançado, que algum outro bloco adotasse o SUCRE como sistema de compensação de pagamentos entre eles, para que volte a haver dinamismo nas relações econômicas internacionais sem a dependência de dólar.

Segundo Perez (2011), a América Latina possui uma reserva em torno de US\$ 720 bilhões em condições de risco e rentabilidade controversos. A sugestão seria a inclusão de outros ativos, como o ouro físico, pois nessa incerteza estrutural em relações as moedas, os metais são uma garantia extra de retorno, mesmo que a médio ou longo prazo apenas. Com isso, as reservas se tornam mais poderosas e eficazes para garantir a liquidez dos países-membro, além de mais baratas também.

4. BRASIL E O NOVO CENÁRIO SULAMERICANO

A importância do Brasil no cenário internacional está em uma constante crescente, ancorando-se em uma melhoria da realidade econômica e social do país. Porém essa consolidação se deve a novas estratégias que a política externa brasileira tem adotado nas últimas décadas. Neste ponto, as expectativas com relação ao desempenho brasileiro, tanto econômico quanto político-institucional, de operacionalização de integração regional, com perspectiva de lucros compartilhados. (MARIANO, 2014)

Muito embora o país esteja exercendo um protagonismo no cenário internacional e regional, segundo a visão de Mariano (2014), este despontamento causa certo tipo de desconfiança nos demais Estados-membros da região em relação às intenções de integração e ampliação de sua participação econômica e política na América do Sul, tanto que muito desse receio vem de uma possível agenda militar e nuclear que interferiria nas soberanias nacionais.

Nas movimentações regionais, o Brasil começou um processo de substituição de exportações de produtos. Deixou de exportar produtos primários e substituiu por outros com algum tipo de manufatura. Proporcionalmente, segundo a CEPAL (2010), o Brasil saiu de 86,6%, em 1970, para 42%, nos anos 2000. Ou seja, tem se reproduzido regionalmente o que se vê no comércio no mundo, diminui-se as exportações de produtos primários passando a exportar insumos com maior valor agregado, porém passa a importar esses produtos primários de outros países da região (VIANA et al 2011).

Este processo começou ao fim dos anos 80, início dos anos 90, onde uma onda de processos de criação de blocos econômicos se espalhou ao redor do globo, dando início ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, e pensamentos neoliberais passaram a guiar os pensamentos político-econômicos brasileiros com a entrada de Fernando Collor de Mello no poder (1990-1992) e, posteriormente, com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) (CALIXTRE et al 2011).

Quando alguns importantes mercados do mundo – russo, em 1998, e tigres asiáticos, em 1997 – sofreram crises econômicas, a visão brasileira teve de se voltar para o mercado sul-americano. Na mesma época, surgiram as tratativas referentes à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), impulsionado pelo interesse estadunidense nos recursos e potencial sul-americano. E, sendo a América do Sul um dos principais gargalos de

escoamento dos produtos industrializados brasileiros, houve um temor de um grande percentual desse mercado ser perdido e, assim, o país sentiu a necessidade de estreitar as relações, principalmente com a Argentina no setor automotivo. (CALIXTRE et al 2011)

Apesar dos esforços, as assimetrias entre os países da região seguem enormes. O Brasil lidera o PIB regional que, segundo dados da Cepal (2009), corresponde a U\$1,6 trilhão de dólares, enquanto os outros países somados a U\$1,3 trilhão. A Venezuela, segunda maior economia sul-americana, é cinco vezes menor que a brasileira, com U\$ 340 bilhões. Dos doze países da América do Sul, quatro (Brasil, Venezuela, Argentina e Colômbia) detêm mais de 85% do PIB continental, apontando assim ainda mais disparidades intrabloco.

Outra forma de intercâmbio entre os países sul-americanos foi a criação, no ano de 2000, da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Esta iniciativa, contudo, não objetivou, em primeira instância, trocas financeiras, e sim, investimentos na infraestrutura regional para aproximar os Estados e diminuir as distâncias, tanto geográficas e técnicas, entre eles. Os financiamentos concedidos pela Iniciativa seriam fornecidos por alguns colaboradores: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) – banco sub-regional de desenvolvimento – e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) – que ajuda no financiamento de projetos em áreas de infraestrutura e no apoio técnico na execução destes. (PADULA, 2011) Em um cenário internacional em extrema vulnerabilidade e com muitas crises generalizadas, a integração e o fomento se tornam imprescindíveis, em especial em economias periféricas, para financiamentos de médio a longo prazo para reaver as disparidades em relação aos outros países, como acontece regionalmente na América do Sul. (DEOS, 2013)

Ainda segundo Padula (2010), a IIRSA surgiu no momento posterior aos anos 90 em que o investimento brasileiro em infraestrutura era quase nulo e todos os investimentos iam para a transferência de ativos, deixando o sistema à míngua. Essa lacuna deixada seria resgatada com a Iniciativa e uma nova corrente de investimentos estruturais seria efetivada na região.

A IIRSA, de acordo com Paz (2011), supriria lacunas de investimentos em infraestrutura para diminuir as distâncias terrestres entre os países, pois ficou identificado que as costas, incluindo o litoral brasileiro, possuem alta densidade populacional, o miolo do continente apresenta pouquíssimas conexões, afetando diretamente o comércio. O Brasil

atento a isso e pensando na diminuição dos outros países, tem financiado várias obras de interligação de seus espaços transfronteiriços.

Há diversos investimentos diretos de empresas privadas e públicas brasileiras na América do Sul. Entre os privados estão a Odebrecht, Braskem, Vale do Rio Doce, Ultrapar e EBX, e entre os públicos estão Petrobras e Eletrobras, que estão em tratativas de alianças energéticas estratégicas com os vizinhos. A empresa mista a ser gerida pela Petrobras e a PDVSA (empresa estatal petroleira da Venezuela) ainda está sem definição, pois, apesar de ser uma boa oportunidade para ambos países, enfrenta vários entraves burocráticos. Esta empresa seria a responsável pelo aporte total de custos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Contudo, apesar desse atual avanço nos investimentos na região, o Brasil soma apenas 5,5% de seu total de investimentos externos (incluindo inter-companhias, financiamentos, empréstimos e depósitos) enquanto para países ditos “paraísos fiscais”, como Ilhas Cayman e Bahamas, este valor é 10 vezes maior (SEVERO, 2011). Apesar disso, para alguns países sul-americanos, o país é o principal investidor, mostrando claramente uma nova posição, evidenciada pelo balanço da Política Externa 2003/2010 (BRASIL, 2011):

A América do Sul (...) é, por excelência, espaço para a expansão da produção de empresa brasileiras, favorecida pela proximidade geográfica e pelas afinidades culturais, assim como pelo desenvolvimento de acordos comerciais e de marcos regulatórios que favorecem investimentos brasileiros e a circulação de bens, serviços e mercadorias para região. Para o aproveitamento pleno das oportunidades oferecidas na relação com os vizinhos, é necessário fomentar o investimento no desenvolvimento de nichos de produção em tais países que se combinem às necessidades brasileiras, promovendo processo de complementação e integração produtiva. Esse trabalho tem o potencial para elevar o comércio regional a um novo patamar, por meio da diversificação da pauta comercial da região e pela inclusão de produtos de maior valor agregado.

E, segundo Severo (2011), não foram apenas em investimentos diretos para os países sul-americanos que o Brasil obteve boas rendas, mas em exportações de produtos manufaturados também. O país foi o maior exportador da região com um total de US\$ 5,5 bilhões no ano de 2010. Podem-se destacar algumas empresas que consolidaram seu mercado com a internacionalização e *share* regional: WEG, Gerdau, Votorantim, Embraer e Marcopolo.

A presença brasileira na região, na Argentina, de acordo com Deos (2013), acontece também por parte dos bancos privados que possuem uma boa parte de ativos do sistema. Banco Itaú, Banco do Brasil (BB) e Bradesco são algumas dessas instituições. Sendo o Itaú o décimo sexto na lista com 1,2% dos ativos. O contrário também procede inversamente, pois o *Banco de La Nación Argentina* está presente no sistema brasileiro também, além dos sistemas

uruguaio e paraguaio. Já o BB, com apenas uma agência no Paraguai, é o décimo em ativos no país (3,5% dos ativos e 4,3% dos empréstimos, ambos notadamente destinados para o setor financeiro). No Uruguai, o Banco Itaú é ainda mais expressivo e representa 6% do total de ativos, muito embora o sistema uruguaio não seja muito expressivo em números absolutos.

A cooperação financeira entre Brasil e Argentina acontece através de um sistema transfronteiriço integrado aos sistemas de pagamentos locais e referentes a operações comerciais, que é o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), criado em 2008. Ou seja, diminuiria a necessidade, de ambos os países, de negociações de bens e serviços em dólares, desenvolvendo mais o comércio. As transações, em suma, seriam feitas em moeda local, diferentemente de outros sistemas, como o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), que já acontece em outros países. Somente a compensação da diferença entre as transações que seria dolarizada. Apesar de ainda ser um tipo de operações marginalizado, estudos mostram que o sistema vem sendo utilizado com maior frequência. Tanto que Paraguai e Uruguai decidiram fazer parte a partir de 2010 (CARVALHO, 2009).

Os Estados do Cone Sul e a Venezuela, membros do MERCOSUL, podem ser beneficiadas, desde o ano de 2007, pelo Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem), que tem como objetivo principal aumentar os investimentos nos países para diminuir as disparidades entre eles, por meio do financiamento de investimentos. As cotas de contribuição anuais e de distribuição de recursos já acusam a finalidade do fundo. O Brasil entra com 70% do aporte total, Argentina com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai 1%. Enquanto na retirada de recursos Paraguai lidera com 48%, Uruguai 32%, Argentina e Brasil, ambos com 10%. As obras a serem privilegiadas pelo Focem são de infraestrutura com intuito de facilitar a integração regional (DEOS, 2013).

Um dos entraves do MERCOSUL, de acordo com Mariano (2014), é que os Estados teriam que abdicar, mesmo que não integralmente, de um pouco de autonomia em alguns setores. Como a estrutura da instituição visa uma união alfandegária, imperfeita, para um mercado comum, há a resistência das elites nacionais, não apenas a brasileira, e a população que acreditam que o desenvolvimento dos países depende de sua própria capacidade. O contraponto da Unasul seria basicamente este, o elemento de unificação e convergência entre os Estados estaria no respeito e consideração de autonomia dos outros que, no caso da política externa brasileira para a América do Sul, está muito presente. O processo de implementação dos dois sistemas teve um elemento diferencial principal que foi o ambiente político e

econômico internacional muito distintos, Mercosul nos anos 1990 – época de abertura comercial – e Unasul nos anos 2000.

O Brasil se sobressai dos demais países da América do Sul, pois possui um sistema próprio e público de financiamento que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que tem papel proeminente no fomento de grandes obras (DEOS, 2013).

4.1 BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952, passou por diversas modificações estruturais desde a sua criação. As diferentes direções governamentais e as mudanças no cenário internacional fizeram com que o banco se adaptasse às necessidades do mercado. Destacou-se atuando desde o processo de substituição de importações, passando pela neoliberalização econômica do começo dos anos 90, até o modelo vigente da economia brasileira atual.

A reforma que o sistema bancário nacional passou pouco antes do Plano Real, instituído no começo do governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), fez com que os investimentos do BNDES diminuíssem. Contudo, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder (2003 – 2010), os programas direcionados para desenvolvimento e industrialização se tornaram mais constantes. O Banco apresentou, de 2003 a 2011, um crescimento considerável nas suas linhas de crédito: cerca de 60% do crédito do setor público e 20% de todo o crédito do território brasileiro no período.

As operações oferecidas pela instituição podem ser de forma direta ou indireta. Indiretamente, algumas operações podem ser realizadas por bancos privados e públicos, inclusive Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, competindo nos mercados regionais. Sendo assim, o BNDES recebe a remuneração do capital emprestado e mais um extra por ser uma operação com certo risco, enquanto os agentes repassadores recebem um *spread* decorrente do custeamento da análise e risco de crédito (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2014).

O Brasil, nos últimos anos, tem apresentado resultados bem positivos na internacionalização de empresas brasileiras e o BNDES tem se apresentado como principal fomentador desse desempenho. Os fundos da instituição são públicos, advindos do Tesouro Nacional, contribuições públicas e impostos – Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT). Mas também capta recursos no mercado externo como, por exemplo, agências de fomento internacionais, como o Banco Mundial (MAIA, 2008).

O banco passou por dois momentos específicos desde o começo do governo de Lula. No ano seguinte, em 2003, houve a criação de linhas de crédito exclusivas para empresas brasileiras que desejam se internacionalizar. Houve, inclusive, uma alteração no próprio estatuto da empresa o qual afirma que o apoio econômico da instituição irá ocorrer desde que a empresa a internacionalizar venha a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Brasil, melhorando a competitividade destas em um cenário que exige isto em época de globalização. Enquanto, em um segundo momento, o banco definiu que seria interessante abrir filiais no exterior. Então, no ano de 2009, abriu uma subsidiária em Londres, na Inglaterra, sob o nome de *BNDES Limited*, com intuito de participar acionariamente de outras empresas. Também com finalidade de captação de recursos, podendo, desta forma, emprestar para empresas brasileiras diretamente do exterior sem que estes recursos sejam repatriados no Brasil. Concomitantemente foi aberta uma subsidiária em Montevidéu, no Uruguai, mesmo lugar em que o MERCOSUL é sediado, demonstrando uma intenção de colaborar com os investimentos em melhoramentos nos créditos para desenvolvimento dos países sul-americanos (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2014).

Em contrapartida, segundo o próprio site do BNDES (2014), outros rumos internacionais foram tomados, como fechamento de acordos e cooperação com outros bancos de investimento. Em 2011, foram fechados acordos com bancos de Índia, Rússia e China, com intenção de facilitar projetos em comum e fortalecer a cooperação financeira. Já alguns anos antes, em 2004, foi fechado um acordo com o principal banco estatal chinês objetivando investimentos em projetos de infraestrutura ferroviária e portuária na América do Sul, a fim de facilitar o escoamento de produtos para a Ásia. Enquanto com a *Corporación de Fomento de la Producción* (Corfo), do Chile, houve um entendimento para estreitar as relações intencionando implementar políticas de apoio à inovação e ao fortalecimento dos investimentos de empresas brasileiras no Chile.

Ultimamente o BNDES tem exercido papel de ator de política externa brasileira, principalmente pelas grandes obras lideradas por grandes empresas de engenharia e construção sediadas no país. Este enfoque dado pelo banco tem grande apoio de outro setor governamental que é o Ministério das Relações Exteriores. Nacionalmente, o banco tem sido um dos grandes financiadores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo tem mudado em um ritmo muito rápido, principalmente nos fatores econômicos. Com essas mudanças, as balanças de poder tendem a se alternar devido á más decisões e atitudes para com a comunidade internacional. Assim, observam-se, países que antigamente estavam à margem dessas relações internacionais, pelo menos em primeira instância, estão ganhando cada vez mais visibilidade e representatividade política e econômica no cenário global, tornando-se atores primordiais à volta do crescimento e estabilização da economia mundial. No presente trabalho, através das análises apresentadas, diversos autores defendem a existência de fragilidades na maneira com a qual se opera o modelo econômico chamado capitalismo, tendo como momento enfatizador a crise financeira norte americana de 2008. Observando tais fragilidades é que se buscou a pesquisa e elaboração de soluções alternativas à atual.

A antes, superpotência, afetada pela crise, utiliza-se de mecanismos econômicos afim de driblar os danos da crise, enquanto observam a crescente de algumas nações antes pouco expressivas, gerando uma multipolarização global, onde as relações regionais tendem a exercer um papel fundamental na economia. A formação de blocos econômicos cresce dentro das regiões, com base nas diretrizes da União Européia, para ganhar espaço nas relações internacionais e aumentar seu poder frente outros países. Nessa, nova arquitetura financeira internacional, esta regionalização vem se mostrando um dos meios mais eficazes para combater a liquidez das economias e fazer com que o mundo saia da estagnação econômica pós-crise.

Os estudos sobre essa recente mudança no panorama econômico mundial mostraram-se bastante ricos, no sentido de evidenciar que em um futuro bem breve as relações internacionais se aprofundarão em termos cooperativos visando um modelo econômico mais sustentável. O novo modelo a ser adotado, como podemos ver durante o trabalho, ainda não está definido, mas algumas bases importantes estão sendo estruturadas para que colapsos não aconteçam novamente, ou pelo menos não causem o mesmo impacto e danos gerados por esta última grande crise.

As pesquisas em relação a esta Nova Arquitetura Econômica são bastante recentes e incipientes. Poucos autores se atrevem a traçar novos meios de saída para a crise estrutural atual do capitalismo. Até mesmo por isso, Pedro Paez Perez tem sido pioneiro nesta questão e também por abordar a questão a nível regional, traçando pontos e metas de integração para

que os Estados da América Latina possam ter a liquidez desejada e possam se tornar independentes das instabilidades econômicas que têm assolado o mundo desde o final da década passada. Os pilares propostos por Perez são bem claros e, segundo ele, levarão a uma consistência econômica futura, independentemente da situação dos outros países do mundo para superávits regionais.

Os instrumentos propostos por Perez são, como ele próprio chama, pilares para esta Nova Arquitetura. A partir deles, a regionalização das economias latino-americanas ficará melhor definida e segura. O Banco do Sul, proposto inicialmente por Hugo Chávez, tem como objetivo principal ser o banco que promoverá a infraestrutura e fomento da integração econômica regional; o SUCRE seria a moeda virtual de compensação de pagamentos entre os países-membros, tornando a região independente de trocas baseadas no dólar; e, por fim, o Fundo do Sul que seria a segurança de liquidez dos países, uma vez que fundiria as divisas internacionais regionais.

Enquanto novos instrumentos são lançados para uma melhor integração regional na América do Sul, o Brasil tem participado ativamente na promoção de novas parcerias para fomento de obras que visem melhorar a infraestrutura regional com intuito de estreitar as barreiras físicas que unem os países. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem de encontro aos preceitos dessa nova arquitetura financeira regional e apoia projetos que financiem obras de interligamento e preenchimento de espaços entre os Estados sulamericanos, promovendo mais trocas e codependência, diminuindo atrelamento dos grandes mercados internacionais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ferraz. Pesquisa bibliográfica nas ciências biomédicas. Revista da faculdade de Odontologia – USP, São Paulo, n. XIII, 1971

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/bancos-centrais-criam-o-grupo-de-estabilidade-e-desenvolvimento-financeiro.aspx>>. Acesso em: 16/05/2015.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001. Washington D.C., 2001.

BERNAL-MEZA, Raúl; MASERA, Gustavo Alberto. **El retorno del regionalismo**: aspectos políticos y económicos en los procesos de integración internacional. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, ano 8, vol. 1, p. 173-198, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_7.pdf>. Acesso: 19/04/2015.

BERTAZZO, Juliana. **New Regionalism and Leadership in Brazilian Security and Defense Policy**. Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos/Unicamp, 2009.

CAETANO, Gerardo. **Integración regional y estrategias de reinserción internacional en América del Sur**. Revista Nueva Sociedad, Caracas, nº 219, p. 157-172, ene-feb, 2009. Disponível em: < www.nuso.org/upload/articulos/3589_1.pdf>. Acesso em: 22/05/2015.

CHOMSKY, Noam. **Perspectivas históricas sobre o desenvolvimento da América Latina**. Tradução: César Schirmer dos Santos, 01/2007. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FOpiniao%2FPerspectivas-Historicas-sobre-o-Desenvolvimento-da-America-Latina%2F21694>> Acesso em: 20/04/2015

COSTA VAZ, Alcides. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: FUNAG-IBRI-Petrobras, 2000.

CTP/NAFR, Comisión Técnica Presidencial/ Nueva Arquitectura Financiera Regional. Banco Del Sur & Sistema Unitário de Compensación Regional de Pagos. República Del Ecuador: **Ministério de Coordinación de La Política Econômica**. 2010. mimeo.

DEOS, Simone S. de; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; WEGNER, Rubia C. **Cooperação Financeira Regional no Mercosul e o Financiamento do Investimento**. III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro: 2010.

DEUTSCH, Karl et al. **Political community and the North Atlantic area**: international organization in the sight of historical experience. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 46-59 e 70-71.

ETZIONI, Amitai. **Political unification: a comparative study of leaders and forces**. New York: Praeger Co., 1965.

ETZIONI, Amitai. **The active society**: a theory of societal and political processes. New York: The Free Press, 1968

FERGUSON, Charles H. 2010, **Inside job**. Disponível em: <<https://vimeo.com/39018226>>. Acesso em 20/04/2014

FIORI, José Luis. **Notas para uma reflexão sobre a inserção internacional do Brasil e da América do Sul**, na segunda década do século XXI. Amersur. Buenos Aires: abril de 2010. Seção Política Internacional. Disponível em: <www.amersur.org.ar/PollInt/Fiori1004.htm>. Acesso em: 29/05/2015.

FLEMES, Daniel. **Conceptualising Regional Power in International Relations**: lessons from the South African case. GIGA Working Papers (German Institute of Global and Area Studies), no. 53. Hamburg: junho de 2007. Disponível em: <www.gigahamburg.de/workingpapers>. Acesso em: 29/05/2015.

Fondo Latinoamericano de Reservas. Disponível em: <<https://www.flar.net/contenido/contenido.aspx?catID=1&conID=5183>>. Acesso em: 29/05/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANI, Tiberio. **La regionalización de los mercados como factor de integración geopolítica**. Amersur. Buenos Aires: agosto de 2009. Seção Política Internacional. Disponível em: <www.amersur.org.ar/PollInt/Graziani090801.htm>. Acesso em: 13/03/2015.

HURRELL, Andrew. **Hegemony, liberalism and global order**: what space for would-be great powers? *International Affairs*, vol. I, no. 82, p. 1-19, 2006.

LIMA, Manolita Correia. **A Engenharia da Produção Acadêmica**. São Paulo: Unidas, 1997.

MANTEGA, Guido. **Fundo Latino Americano quer incluir Brasil**. Portal R7, 12/08/2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/fundo-latino-americano-de-reservas-quer-incluir-brasil-diz-mantega-20110812.html>>. Acesso em: 12/03/2015.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Integração Regional: Blocos Econômicos nas Relações Internacionais** / Alfredo da Mota Menezes, Pio Penna Filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

NOLTE, Detlef. **Potencias regionales en la política internacional**: conceptos y enfoques de análisis. GIGA Working Papers (German Institute of Global and Area Studies), Hamburg, no. 30, out de 2006. Disponível em: <www.giga-amburg.de/workingpapers>. Acesso em: 11/10/2014.

PERUFFO, Luiza. **Integração Monetária e Financeira na América do Sul**: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário / Luiza Peruffo. Porto Alegre, 2012.

SCHMIDT, Rafael Vitória. **A Constituição da UNASUL e as possibilidades de avanços para a cidadania e os direitos humanos na América do Sul**. *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 1, nº 2. Out./Nov. de 2010.

UNASUL. *Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas*. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado_constitutivo.htm>. Acesso em: 17/04/2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria (1947-1987):** conflito ou sistema? Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 9-38, jul/dez 2006. 2008.